

**ATA DA 22ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018 DO COMDEMA
REALIZADA EM PRIMEIRO DE AGOSTO DE 2018.**

No primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a vigésima segunda Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, no Auditório do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos - Praça Washington, s/n - José Menino, Santos, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 21ª. Reunião Ordinária. 2 – Coleta e destinação dos resíduos sólidos de Santos – SESERP; 3 - Projeto Santos Sustentável - Compostagem de Agricultura Urbana – Paulo Marco de C. Gonçalves - SEMAM; 4 - Apoio às entidades não governamentais – Marcos Libório; 5 - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos (CISEA) – Cláudia Giglio; 6 – Atualização do Regimento Interno; 7 – Avaliação Ambiental e de Risco Geológico e Hidrológico da ZEIS 2 – 02 –Vila Pelé – SEMAM e DEFESA CIVIL – SESEG; 8 - Comunicados da Secretaria; 9 - Assuntos Gerais. Compareceram à Reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira (SEMAM I), Luiz Otávio de Almeida Castro (SEMAM II), Marcos Pellegrini Bandini (SESEG); Fátima Regina Faleco Dias (SEDUC), Alexandre Magno J. Marques (SEFIN); Romilda Lorenzo Gomes (SETUR); Tibério Ramos Leandro (SIEDI), Paulo Antonio Fritelli (SMS), Juliana Maria de Souza Freitas (SEDURB), Ricardo Salgado Silva (SAPIC), Luciane Alves Maranhão (UNISANTA), Cleide Barbieri de Souza (UNILUS), Thaís Carezato de O. Markevich (CIESP), Alba Maria G. Kannebley (ACS), Ademar Salgosa Junior (CREA), Domingos Mariotti Tringalli (AEAS), Zenivaldo Ascenção dos Santos (ABES), Patrícia Trindade do Val (OAB), Fábio Antonio Boturão Ventriglia e José Roberto Fernandes (ASSURF), Renato Prado e Ibraim Tauil (CONCIDADANIA), William R. Schepis (Instituto ECOFAXINA). Ausência justificada: SERIC, SEDES, PRODESAN, CET, UNIMONTE. Ausentes: SEMES, SESERP, SECULT, COHAB, FATEC, UNISANTOS, SIND.ENGENHEIROS, Fundação Mokiti Okada, Clube Soroptimista Internacional de Santos e COMEB. Convidados: Secretário de Meio Ambiente Marcos Libório, Paulo Marco de Campos Gonçalves (Jardim Botânico/SEMAM), Isabela Miyahira Morita, Fernando Santana de Azevedo, Claudia Cristiane Giglio Brito, Marcus Neves Fernandes, Victor Nagib Moreira, Cibele Coelho Augusto, Cintia Augusta Labes do Prado, Glaucia dos Santos Reis, Edna Santos de Gois (SEMAM), Carla Guimarães Pupin, Eduardo Kimoto Hosokawa (SEDURB), Carlos Eizo, Roberto Moyano Souza, (SESERP), Rolf Kanowski Junior e Camila Rocha Muheison (SEDS), Ricardo Romano Fernandes (SEGOV), Caetano Valentim Martire Filho (ASS), Andressa Souza, Gisele F. S. Alves (SEDUC), Rafael Monteiro (Projeto Albatroz) e Dionísio Matheus Andrade (Fórum da Cidadania). O Presidente deu início à Reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a opor quanto à **Ata** enviada por e-mail para leitura prévia, esta foi **aprovada** por unanimidade. O presidente mudou a ordem dos itens e iniciou com o item 7, convidando Sra. Carla Pupin (SEDURB) a expor o cenário sobre a ZEIS 2. Ela agradeceu e explicou que a área Vila Pelé possui casas sobrepostas implantadas pelos próprios moradores, em área da União, de interesse público

desde 1990. Hoje, está em fase de regularização junto ao município e ao SPU, após passar pelo Comdema, será encaminhado ao Conzeis e ao gabinete do prefeito. Passou a palavra aos técnicos que elaboraram o relatório e Sra. Isabela Morita (SEFISCAM-SEMAM) iniciou a explanação, dizendo que a área está bem urbanizada, iniciado há mais de 70 anos, e possui todos os serviços públicos, mostrou a legislação ambiental para fins de regularização fundiária em que se baseou e imagens do local. A área não é suscetível à inundação e não tem áreas passíveis de não regularização, não teve nenhum agravamento no item urbano ambiental. Não é área de proteção, foi ocupada de maneira organizada e a recomendação é para aumento da área verde para que aumente a qualidade ambiental para a população. Passou a palavra ao Sr. Marcos Bandini (Defesa Civil-SESEG) que mostrou os critérios para regularização, cuja responsabilidade é trazer à comunidade maior segurança quanto acesso à estrutura e qualidade ambiental. A Defesa Civil possui documentos e mapas para atuar quanto a riscos, mostrou imagens das décadas de 1960, 1970 e explicou que há duas avaliações. Do ponto de vista geológico, a área é plana, pode apresentar recalque de terreno, o que está sanado pela execução de sobreterro. Quanto ao risco hidrológico, apresenta suscetibilidade quanto a enchentes e inundações. Explicou que foi elaborado o Plano de Contingência em 2017 com base na Carta de Suscetibilidade, em conjunto com a SEDURB, SESERP e outros e sugerem melhoria quanto à drenagem entre as ruas 2 e 3. Sra. Thaís (CIESP) perguntou se o SESI está regulamentado e Sra. Carla respondeu que não está incluído nessa área, mas pode trazer o assunto ao Comdema. Sr. Bandini continuou expondo imagens do canal da Rua Hugo Maia, com manutenção inadequada e lançamento de dejetos. Para a fiscalização, há área em que o canal está obstruído por construções. A galeria 3A/3B está parcialmente implantada, precisando finalizar. Ressaltou que tiveram dificuldade nesse trabalho por questões simples, que não aconteceria se o cadastro da prefeitura estivesse atualizado. Precisam garimpar informações como se fosse um município de pequeno porte e reiterou que a SEDURB auxilie a SESERP, a PRODESAN, a Administração a atualizá-los. Os problemas na área são mais do entorno. Explicou que os relatórios são inseridos no processo que só é aprovado se as intervenções forem aceitas. Sra. Patrícia (OAB) perguntou se há prazo para concluir e ele respondeu que existe um cronograma físico-financeiro com previsão das recomendações, da Defesa Civil e outras Secretarias que participam do Projeto Santos Novos Tempos. Sr. Domingos perguntou se é apenas uma recomendação e perguntou sobre os 15% mínimos de arborização. Sr. Bandini explicou que a Lei de Regularização não exige 15%, mas podem recomendar onde fazê-lo, informou que haverá também na Vila Gilda, caminho das palafitas. Sr. Ibrahim disse para o Comdema sugerir arborização nas áreas do supermercado Makro e nas quadras poliesportivas do sambódromo. O presidente respondeu que fica registrado, mas que se refere a outra área. O Comdema deliberou com a inclusão do comentário do Sr. Domingos, aprovado por todos os conselheiros presentes. Sr. Ibrahim elogiou a didática de Sr. Bandini. Em seguida, apresentou Sr. Carlos Eizo, representando a SESERP, a convite do Comdema, para explicar sobre o contrato de coleta. Ele agradeceu, informou que veio acompanhado pelo Eng^o Roberto Moyano, Chefe do

Departamento. Ressaltou que hoje a secretaria está separada da de Obras e que a Secretária é Sra. Fabiana Pires, ex-subprefeita da Zona da Orla e Intermediária. Explicou que o contrato de coleta é feito por concorrência, cuja proposta deve se adequar ao material descrito. Mostrou imagens e as características do município, que possui atividades sociais que geram resíduos ao longo de todo ano. Explicou o escopo de trabalho, sendo que a coleta compreende inclusive as encostas de morros, o cata-treco, a estação de transbordo, onde o material passa para carretas rodoviárias, e que também se encarregam da operação, manutenção e logística. Esclareceu que a Seserp cuida da parte operacional, quem julga o vencedor para o contrato não são eles, a prefeitura escolhe o que é melhor para a cidade. O contrato pouco se alterou, desde quando a Prodesan era responsável e a Terracom tem vencido as licitações. Destacou que há a parte visível, a estrutura nas ruas, e a que trabalha na retaguarda todos os dias do ano, feriados, feiras livres, eventos esportivos e culturais. Mostrou os documentos e a metodologia de execução de serviços exigidos na licitação. Em seguida, o gráfico de resíduos domiciliares coletados de 2010 a 2014, sobre o qual não houve muita mudança. Lembrou que os grandes geradores estão saindo da cadeia e que é a favor de que trabalhem pela população, já o comércio precisa analisar de ponta a ponta a cadeia de resíduos, é até uma questão de marketing e planejamento com o seu cliente. Exemplificou com a cápsula de café Nexpresso, a loja entrega uma sacola para recolhimento e retorno à loja para serem reutilizadas. Outra sugestão é não aceitar sacolas ao comprar um produto, a cultura precisa mudar. Na rotina da Seserp constam a varrição, a coleta domiciliar, feiras e mercado e o rejeito da separação dos recicláveis. Raspação e capinação são executadas de acordo com a necessidade. A Terracom é fiscalizada pela Prodesan. Explicou que o Cata-treco precisa ser agendado pelo número 0800 para o planejamento do uso da escavadeira e que os resíduos vão todos para o aterro, não decidem sobre destinação nem horários, o objetivo é o melhor aproveitamento do espaço do caminhão, lembrou que é um serviço para a coletividade. Sr. José Roberto perguntou sobre os catamarãs e ele respondeu que se tornaram obsoletos, a magnitude da quantidade era muito maior do que se imaginava. Sr. José Roberto (ASS) disse que deveriam voltar, com tecnologia adequada. Sr. Paulo Marco (Semam) perguntou o custo da tonelada até chegar ao aterro e respondeu que R\$ 320,00/T, considerando as 4 etapas – coleta nos domicílios, transbordo, transporte por 32 km e aterro final. Na planilha final, 70% do valor é relativo apenas à coleta, houve queda quanto ao que é gerado pelo comércio. Sr. Ademar perguntou qual o impacto da coleta dos recicláveis e como funciona. Sr. Eizo disse que está acontecendo, mas não é possível saber se é por conta dos recicláveis. Destacou que a Terracom não quer os recicláveis, pois não pesam e por isso não agregam valor. Sr. Renato (Concidadania) perguntou quando será a próxima licitação e ele respondeu que em dezembro de 2020, para o período de 5 anos. Sra. Cibele (Semam) perguntou se nada é separado antes de ser destinado ao aterro e ele respondeu que não, seria preciso licença da Cetesb no transbordo. Sra. Patrícia (OAB) perguntou qual será o destino dos resíduos, se a previsão da Terracom é que o Sítio das Neves chegue ao limite antes de 2020. Sr. Eizo explicou que eles recebem de outros municípios, a responsabilidade é deles,

terão que levar para outro local, o plano B é Mauá. Sra. Cibele perguntou se não é contra a lei não separar os resíduos do Cata-treco. Ele explicou que o conceito de inservível é diferente para cada um, quem define é o município, se quiser reaproveitar, doar a instituições de caridade, por exemplo. No Sítio das Neves existe reciclagem de material de construção. Sr. Bandini perguntou se a não informação sobre o Plano de Saneamento e de Resíduos foi proposital e Sr. Eizo respondeu que sim, foi expor sobre a operacionalização da coleta. Sr. Bandini ressaltou que não há pessoa mais qualificada nessa sala que o Sr. Eizo nesse assunto. Todos têm responsabilidade, deveria ser preocupação nossa, a legislação se alterou e toda a administração é cobrada. Existe a responsabilidade do Setor Público, quanto à Política Nacional de Meio Ambiente, assim como a de Recursos Hídricos, quem operacionaliza, é outra questão. Esses planos municipais estão desatualizados, capitaneados pela Semam, de acordo com a legislação. É preciso metas, tudo tem que constar do planejamento, delegando a um setor, não a um único técnico, organizar a gestão, para todos contribuírem. Sra. Patrícia completou dizendo que a Política Ambiental do município também não existe. Sr. Alex Sandro (Semam) levantou o problema da limpeza das praias com trator, o que interfere no ecossistema, sugerindo a substituição por pessoas. Sr. Eizo explicou que seguem as diretrizes e que precisam avaliar os custos também, o que mais ouvem é que a praia precisa estar limpa às 8h. Já receberam várias propostas, como a do ex-Secretário Fabião, de paralisar a limpeza por trator por um período. Há outros problemas, como os dejetos da maré, recentemente apareceu pó preto, do mangue. A cidade precisa dar um consenso, a limpeza e a higiene são os objetivos principais. O Secretário Libório informou que há estratégias em andamento, o Programa Recicla Santos com aplicação da lei completou um ano em julho. Dobraram a coleta de reciclados, com redução de 2T /mês que eram enviadas para o aterro, são parceiros do Sr. Eizo em busca de melhores respostas, sendo que não há uma única solução. Ninguém quer lixo na porta ou na praia, se tiver, a população vai reclamar. Sr. Eizo completou que o Ministério Público também, a limpeza não pode parar, comparou ao serviço funerário. A questão é transversal com a Saúde Pública e precisam trabalhar juntos, várias pessoas que perguntaram hoje são da administração e também querem solução, mas é preciso estratégia, decorrente da cultura de consumo. Ele mesmo nunca usou o Cata-treco, doa às entidades não governamentais, como os eletrônicos para a Settaport, pois o Cata-treco é transbordo. Dobrar o índice em um ano não foi fácil, sendo que existe há 27 anos, é preciso saber separar, ainda chega misturado com orgânicos para o catador. Além disso, o ponto de vista tem que ser metropolitano e que o novo contrato de 2020 já tenha como previsão esses índices. A Procuradoria é muito detalhista e são necessárias justificativas para provar que os números são reais e é preciso saber o valor do investimento, hoje e daqui a 10 anos. Houve resistência dos grandes geradores, que enxergavam como um custo a mais, mas é plausível considerar normal que a prefeitura recolha. Essa é a oportunidade para melhorar e responsabilizar, o caminhão que atende as empresas deixa de atender a população, o que também é custo, tem conversado para remanejar os contentores, colocá-los próximos aos quiosques, diminuindo o lixo na areia, celebra quando espécies de animais que estavam sumidas reaparecem. O

Sítio das Neves é uma questão metropolitana, na Condesb os prefeitos entraram em acordo para reduzir os resíduos e Santos está atendendo. O presidente pediu que fossem breves, pois o assunto é extenso e a pauta é longa. Sr. Ibrahim sugeriu formarem comissão para desenvolver o assunto, com especialistas, a fim de adequar novo processo licitatório para o contrato e que incluía tecnologias, como um biodigestor. Quanto ao lixo da praia, além dele, no dia 1º do ano há a queima de fogos, também danosa ao meio ambiente. Citou a necessidade de elaborar a Lei Municipal de Meio Ambiente e Sra. Patrícia informou que já consta dos diálogos da Câmara Técnica de Legislação sobre a atualização do regimento. O Secretário informou que a palestra seguinte é sobre a implantação da compostagem e a outra, educação ambiental, disse para partirem do que já existe. Quanto à legislação, concorda, mas à época em que foi discutida, haveria retrocesso. Sr. Fábio (ASS) perguntou se o valor salvo na redução de 2 mil T/mês, R\$ 640 mil/mês, poderiam ser aplicadas em Educação Ambiental. Sr. Eizo explicou que quanto mais coleta, menos o custo da Tonelada, é bom negócio reduzir e reciclar. Sobre os resíduos na praia, Sr. William informou que o projeto de ecobarreiras da Ecofaxina evitará que muitos cheguem ao mar, coletará na origem, as palafitas, resíduos que os catamarãs não deram conta de recolher. Sr. José Roberto lembrou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos quis dizer que lixo é dinheiro. Foi perito do Ministério Público e aconselhou condenar a Prefeitura, perguntou por que as ecobarreiras ainda não foram instaladas. Sr. William disse que pela burocracia com Sedurb, Cohab, por ser área de APP, e que a Semam tem auxiliado. O Secretário Libório explicou que existe uma pirâmide de custos, demandas emergenciais, buscam recursos de fora, como para a revisão do Plano de Saneamento e que para o Plano de Resíduos Orgânicos conseguiram R\$ 1 milhão. Concordeu com o presidente, precisam de um dia só para esse assunto. Sr. Dionísio ressaltou que o grande gerador, inclusive de resíduos orgânicos, deve recolher e reciclar, os móveis podem ser enviados a entidades beneficentes e à Ecofábrica, marcenarias. Sr. Eizo encerrou dizendo que conta com o apoio de todos para disseminarem essas informações. Sr. Ademar disse que na próxima reunião resolverão sobre a criação da comissão sobre esse assunto e sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, já sugerido por Sra. Patrícia. Em seguida, convidou Sr. Paulo Marco que agradeceu e iniciou explicando que o projeto contém parte mecanizada e está em reavaliação pelo MMA. Recebeu capacitação em Florianópolis, os recursos são da CEF, R\$ 1 milhão para 2 anos, desde março, com possível prorrogação. Disse que essa apresentação vem abrir à coletividade o que já foi comentado nessa reunião. Inclui cursos para instituições e municípios, de 20 horas, com compostagem por minhocas e termofílicas. Há a questão prática do esgotamento do aterro e seu custo, se chegarem a 100% de compostagem, a economia seria de R\$ 70 milhões/ano. A finalidade é ampliar o conhecimento de que resíduo orgânico é reciclável, como preparar, que se trata de geração de renda, ecomercado. Inclui as secretarias SEMAM, SESERP, SEDUC, com cooperação da SEGOV. O motivo de apresentar ao Comdema é conseguir potenciais parceiros e convidou os interessados a participarem, inclusive da Horta Ecológica, às quartas-feiras, no Jardim Botânico, onde haverá espaço educativo, com viveiro de 250 m², aliado à agricultura urbana, com materiais de

feiras livres e poda. Haverá espaço educativo no Orquidário e uma composteira maior no Jardim Piratininga, explicou que quanto menos o resíduo andar, melhor e quem conhecer outros espaços para implantar, por favor, indicar. Também farão monitoramento com base de dados. Mostrou o manual técnico de Santa Catarina, como evitar produtos com metais pesados e farão levantamento para as políticas públicas, disse estar aberto à criação de comissão. Anunciou encontros de educação ambiental, mostrou propostas de logos para o Composta Santos. Sr. Paulo/SMS perguntou como saber se o resíduo é contaminado e ele respondeu que será um trabalho educativo com o gerador, com possibilidade de rastreamento, de pilhas, por exemplo. O Secretário completou dizendo que das 81 escolas, 50 serão contempladas com composteiras, com processo de compra em andamento. Sr. Dionísio disse para os grandes geradores também participarem do projeto de compostagem e Sr. Paulo respondeu que quando citou a geração de renda, a abertura de mercado é também para eles, como a Composul, em Santa Catarina, a própria Terracom poderia implantar aqui, mas se os munícipes implantarem nas próprias casas e utilizarem nos jardins, ainda melhor. Sr. Dionísio citou os quiosques de coco, que poderiam financiar projetos para reutilização das cascas. Sr. Paulo Marco colocou a importância de pensar em nosso Parque Tecnológico, pensar regionalmente. Sr. Ibrahim destacou que Sr. Dionísio capitaneia compostagem na Concidadania e todos podem levar seus baldinhos de resíduos. O Secretário colocou que o assunto já está encaminhado e sugeriu apresentar o Plano de Resíduos de Santos no Comdema em outubro. São Vicente possui usina para os cocos, mas precisam ser beneficiados em 48h, ou apodrecem. Sr. Rafael/Projeto Albatroz perguntou sobre articulação com outras instituições para mão na massa e Sr. Paulo disse que estão abertos para todas as áreas, fazem mão na massa no curso Horta Ecológica desde 2009. Sr. Paulo/SMS perguntou como o produto será posto no mercado e se precisa ser complementado, ele respondeu que parte será colocada nos jardins públicos e outra será doada. Não é necessário análise de solo, porque não é para agricultura. O presidente disse que é um assunto que deve ser acompanhado com frequência e o Secretário disse que fez questão de solicitar essa pauta porque conseguem muito mais com esse apoio, com as universidades formaram a Comissão Acadêmica sobre estudos das Adaptações às Mudanças Climáticas com base em 5 eixos. Citou também os resultados dos projetos financiados pelo Fundo de Meio Ambiente, Condomínio Sustentável e Recicletas, e é preciso o entendimento de todos sobre o Marco Regulatório, de 2014, para nortear e dar transparência à aplicação dos recursos das ONGs e apresentou Sr. Fernando Azevedo, servidor da Semam na área financeira para explicar melhor. Ele agradeceu e disse que a parceria vai do planejamento à prestação de contas. Entre os objetivos estão a segurança jurídica e ao mesmo tempo a desburocratização, com informações para que a lei seja rediscutida mais à frente. Mostrou o que mudou nas novas formas de parceria, com Termo de Fomento e de Colaboração e Acordo de Cooperação, que variam de acordo com a origem da proposta. Quanto à transferência de Recursos não há a aplicação da Lei nº 8666 de licitações e as organizações com fins lucrativos podem firmar por cooperação, o qual não compreende repasse de recursos. Um dos requisitos é qual a destinação, caso haja dissolução da organização.

Explicou como participar, com edital ou emenda parlamentar direcionada por vereador a determinado projeto. Sr. Ibrahim perguntou se o vereador pode destinar diretamente e ele respondeu que sim, o Secretário Libório complementou que é uma maneira de organização e destinação dos recursos, são políticas públicas, com diálogos durante, não pode ser imposto pelo governo, também se ouve a população. O próximo passo é criar um sistema único de parcerias e informações. Sr. Renato/Concidadania perguntou se condiciona certificação digital e Sr. Fernando explicou que o que condiciona é um decreto municipal, mas ainda não foi efetivado. Não havendo mais perguntas, agradeceu. No item seguinte da pauta, Sra. Cláudia explicou que a comissão CISEA é interna da Prefeitura, um dos passos para constitucionalizar a Educação Ambiental no município, surgiu a partir do projeto Conexão, apresentado em 2016. A nomeação se deu por portaria em julho de 2018 e o objetivo é participar da rede estadual. Apresentou as entidades e pediu licença ao presidente para se retirarem para reunião paralela, convidando os conselheiros do Comdema. Sr. Ibrahim perguntou se a Copaísa foi contemplada e responderam que não porque ela é só operacional, a política está na Semam. Sr. Ibrahim ressaltou que precisam estar juntas e citou reportagem que diz que as pessoas devem amar as árvores como amam seus cachorros. Sra. Cláudia disse que a discussão será ampliada à Sociedade Civil para contribuição coletiva do plano. O presidente agradeceu e disse que o regimento e suas alterações sugeridas pelos conselheiros serão enviados por e-mail para finalização na próxima reunião, incluindo o assunto Política Municipal de Meio Ambiente. A secretária informou que receberam a maioria das indicações para o próximo biênio e Sra. Glaucia informou que está aberto o edital de chamamento para o Terceiro Setor participar da Comissão do Parque Engenho dos Erasmos. Perguntaram sobre a moção e projeto de lei sobre condutores de raízes e o presidente respondeu que pelo adiantado da hora, é um assunto complexo para ser discutido naquele momento, o CREA está com tratativa para analisar se é adequado. A secretária informou que receberam resposta da Subprefeitura dos Morros sobre a trilha do Boi Morto, dizendo que não há proteção na área por parte deles. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, para a lavratura da presente Ata, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR

SANDRA CUNHA DOS SANTOS